

ANÁLISE DO LÉXICO ACADÊMICO UNIVERSITÁRIO EM CONTEXTO NORMATIVO DESDE UMA PERSPECTIVA TERMINOLÓGICA

ANALYSIS OF THE ACADEMIC VOCABULARY IN THE CONTEXT OF THE UNIVERSITY LEGAL FRAMEWORK FROM A TERMINOLOGICAL PERSPECTIVE

Fidel Pascua Vilchez¹

RESUMO: No presente trabalho, analisamos sob um perspectiva terminológica o léxico acadêmico incluído no marco normativo universitário. Com base nos postulados teóricos de Wüster, Gouadec, Benveniste, Cabré, Krieger e Finatto e Bevilacqua, defendemos que esse tipo de léxico constitui a terminologia de uma área específica, ao estar presente dentro de um *corpus* de documentos normativos e que, portanto, deve cumprir com a máxima de monovalência no âmbito da abrangência desse dado contexto, embora, no uso comum da língua, possa ser polissêmico. Analisamos sua problemática desde três pontos de vista: a) nacional e monolíngue; b) plurinacional e monolíngue e c) plurinacional e plurilíngue. Após a análise de documentos pertencentes ao marco normativo universitário do Brasil, de Portugal e da Argentina, concluímos que é pertinente considerar o léxico acadêmico universitário como uma terminologia e que, em função da perspectiva a ser tomada (nacional monolíngue, plurinacional monolíngue ou plurinacional plurilíngue), a problemática apresentada varia e precisa de soluções específicas em cada caso. O resultado da análise demonstrou a necessidade de criação de ferramentas de consulta voltadas ao léxico acadêmico universitário, tanto monolíngues quanto bilíngues, que ajudem na decodificação que o consulente precisa.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico acadêmico universitário. Marco normativo universitário. Terminologia.

ABSTRACT: In the present paper, we analyse, from a terminological perspective, the academic vocabulary of the University's legal framework. Based on Wüster, Gouadec, Benveniste, Cabré, Krieger and Finatto and Bevilacqua, we argue that this kind of vocabulary constitutes the terminology of a specific area of knowledge, since it is part of a corpus of legal documents. For this reason, it should fulfil the maxims of univalence in that restricted context of use, though in common uses of language it could be polissemic. We analyze the

¹ Universidade Federal da Integração Latino-Americana

matter from three points of view: a) national and monolingual; b) plurinational and monolingual and c) plurinational and plurilingual. After the analysis of the documents that constitute the legal framework of Brazil, Portugal and Argentina, we conclude that it is relevant to consider the academic vocabulary of the University as a specific terminology, and that, depending on the point of view (national and monolingual, plurinational and monolingual, and plurinational and plurilingual), this problematic matter varies and, thus, requires specific solutions in each case. The analysis shows the need to build consulting tools, monolingual and bilingual, with the purpose of helping to decode specialized texts used in the context of the University.

KEYWORDS: Academic vocabulary of the University. University's legal framework. Terminology.

ANÁLISE DO LÉXICO ACADÊMICO UNIVERSITÁRIO EM CONTEXTO NORMATIVO DESDE UMA PERSPECTIVA TERMINOLÓGICA

INTRODUÇÃO

Toda instituição de ensino superior está regida por uma série de normas a serem respeitadas pela comunidade universitária para seu perfeito funcionamento, a fim de que os múltiplos setores que compõem a instituição estejam integrados entre si, que cada um dos membros faça parte da comunidade e a que a instituição funcione como um sistema.

O conjunto de normas que regem uma universidade está exposto em uma série de documentos organizados de maneira hierárquica, constituindo o marco normativo universitário (doravante MNU). Para estas normas serem entendidas corretamente, devem ser expressas de maneira clara sem dar lugar a equívocos nem interpretações abertas ou tortas. Ao mesmo tempo, cada conceito relacionado a pessoas, processos e lugares da Universidade deve estar recolhido sob uma só denominação, para evitar a polissemia e, portanto, a ambiguidade.

Entre todas as realidades que existem, agem, participam e se inter-relacionam em uma instituição de ensino superior, definidas com um léxico determinado nos documentos do MNU, somente analisamos neste trabalho aquelas que têm a ver com o setor acadêmico da Universidade; aliás, interessamo-nos pelo léxico acadêmico. Neste trabalho, será analisado o léxico acadêmico universitário do MNU como constituinte de uma terminologia específica, em virtude de aparecer em um contexto normativo, participar das características do léxico especializado e ser usada por especialistas em suas comunicações profissionais.

Ainda, o léxico acadêmico universitário será analisado em uma tríplice dimensão: a) desde uma perspectiva nacional e monolíngue, como acontece no caso do MNU brasileiro; b) desde uma perspectiva plurinacional e monolíngue -- nesse caso, é colocado como exemplo o Brasil e Portugal; e c) desde uma perspectiva plurinacional e plurilíngue, sendo analisados os problemas específicos que apresenta o trabalho com línguas tão próximas como o português e o espanhol. Para tanto, estudamos o caso do MNU brasileiro e argentino.

1 A TERMINOLOGIA ACADÊMICA UNIVERSITÁRIA

Em ocasiões, o léxico utilizado nos diferentes documentos normativos pertence ao acervo comum de uma língua. Palavras como “professor”, “estudante”, “diploma”, são bem entendidas por qualquer pessoa que tiver o português como sua língua materna; no entanto, em outras ocasiões, estamos perante palavras e expressões que têm um sentido específico no âmbito em que elas são usadas, diferente do uso corrente da língua.

Por exemplo, a palavra “extensão” tem múltiplas acepções no dicionário²; porém, no âmbito da Educação Superior, só tem uma:

(...) o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e sociedade (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Estatuto, Art. 37).

Portanto, um leigo em questões universitárias ao ler o trecho “A **extensão** deverá ser compreendida como atividade essencial nos cursos de graduação e como atividade opcional nos cursos de pós-graduação (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Estatuto, Art. 37 § 2º, grifo nosso) apresentará dúvidas porque, no MNU, o significado de “extensão” é um só, específico. Nestes casos, falamos, então, em léxico especializado.

É preciso, portanto, que nos documentos normativos os conceitos que se queiram expressar estejam bem definidos, para evitar ambiguidades. Inseridos em um contexto normativo, uma de suas características principais deve ser seu valor monossêmico dentro do seu âmbito de uso e a sua monorreferencialidade.

A questão do valor monossêmico em dado contexto e a monorreferencialidade estão presentes na essência mesma da Terminologia. Segundo Eugene Wüster (1998) o pai da Terminologia moderna, o termo deve cumprir essa característica e distinguir entre monossemia e monovalência, no sentido de que, embora uma palavra possa ter vários significados, se considerada termo, em função do seu contexto de uso, então deve ser monovalente nesse dado contexto:

Em sentido restrito, um termo unívoco ou monovalente é um termo que, em um contexto de discurso determinado, apenas tem um significado atual, embora possa ser polissêmico. Por “contexto de discurso é preciso entender, ou bem o contexto da frase, ou bem a situação de discurso determinada pelas circunstâncias. A distinção entre, por uma parte, a monossemia, e por outra, a monovalência, ou univocidade em sentido estrito, permite limitar a exigência teórica da monossemia em terminologia a uma única condição econômica: que os termos sejam “monovalentes”, sem serem necessariamente “monossêmicos” (WÜSTER, 1998, p.140).

Obviamente, o léxico acadêmico não pode ser considerado como uma terminologia própria de uma ciência (Biologia, Medicina, Engenharia), à maneira que Émile Benveniste concebia as terminologias, como representação do conhecimento científico:

²Apesar de doze acepções distintas para esta palavra aparecerem nos dicionários Houaiss e Aurélio, nenhuma faz referência ao âmbito universitário, como função, unidade estrutural ou funcional nela.

A constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação (BENVENISTE, 1989, p.252).

No entanto, a terminologia acadêmica inserida no MNU pode ser considerada como um tipo de léxico especializado, próprio das denominações técnicas, cujo componente lexical denomina pessoas, objetos, lugares, conceitos e processos criados no seu contexto de uso e delimitados conceitualmente: “Para os especialistas, a terminologia é o reflexo formal da organização conceitual de uma especialidade, e um meio inevitável de expressão e comunicação profissional” (CABRÉ, 1993, p.37).

Como exemplo, as pessoas envolvidas no setor acadêmico da Universidade não apresentarão dúvidas quanto ao conceito do termo “extensão”, pois ele tem funcionamento monossêmico e monorreferencial para esta comunidade em suas comunicações especializadas. Aliás, o léxico acadêmico pode ser entendido desde uma perspectiva terminológica. De acordo com Krieger e Finatto:

Os termos compreendem tanto uma dimensão cognitiva, ao expressarem conhecimentos especializados, quanto uma dimensão lingüística, tendo em vista que conformam o componente lexical especializado ou temático das línguas” (KRIEGER;FINATTO, 2004, p. 16).

2 O TERMO ACADÊMICO UNIVERSITÁRIO

Considerado o léxico acadêmico como uma terminologia, é preciso, então, definir o que é um termo acadêmico.

Em primeiro lugar, convém sempre atender a seu significado etimológico para compreender seu sentido. Assim, a palavra “termo” procede do latim *terminus*, *-i*, termo (valga a redundância) da agrimensura que significa “limite”, “linha divisória entre terrenos de diferentes proprietários”. Segundo isto, o significado etimológico de “termo” está relacionado principalmente com a diferenciação de um termo em relação a outros e não a uma questão de significado próprio do termo; ou seja, um termo, em sentido etimológico, estabelece uma linha divisória, um limite, entre esse termo e os outros.

No entanto, foram várias as definições de “termo” oferecidas ao longo do tempo pelos linguistas voltados à ciência terminológica (WÜSTER, 1998; REY, 1995; RONDEAU, 1983; GOUADEC, 1990), mas a maioria deles, de uma ou outra forma, incidem no sentido etimológico oferecido anteriormente. Dentre todos eles, achamos muito pertinente a definição oferecida por Gouadec, pois relaciona conceitos, objetos e procesos, justamente as mesmas noções incluídas nos documentos do MNU:

Um termo é uma unidade lingüística que designa um conceito, um objeto ou um processo. O termo é a unidade de designação de elementos do universo percebido ou concebido. Ele raramente se confunde com a palavra ortográfica (GOUADEC, 1990, p.3).

A última oração da definição de “termo” aportada por Gouadec, que faz referência à diferenciação entre um termo e uma palavra (o primeiro está associado a um conceito

compartilhado por uma comunidade, unívoco, tem um âmbito de uso específico, enquanto a palavra está associada a um significado e este pode ser variável em função do tempo e lugar, entre outros aspectos), permite abordar, desde uma perspectiva terminológica, o léxico acadêmico pertencente ao acervo comum da língua, pois, dentro do contexto específico que representa o MNU, adquire a categoria de termo, associado a um conceito unívoco.

Tomemos, por exemplo, a palavra “estudante” que, consultada no dicionário monolíngue, aparece relacionada com a ação de estudar e com a frequência:

estudante

■ adjetivo e substantivo de dois gêneros

que ou o que estuda ou que frequenta regularmente curso (de Ensino Fundamental ou Médio, Universitário, etc.) em alguma instituição ou qualquer outro curso livre, no qual se pode adquirir alguma habilidade e/ou conhecimento.

Ex.: <jovem e.>, <e. de história>, <e. de francês>, <e. de capoeira>. (HOUAISS, 2007, grifo nosso).

Porém, no MNU, o conceito associado ao termo “estudante” é “pessoa matriculada formalmente em alguma disciplina, curso, ou programa de estudos”; ou seja: ser estudante na Universidade implica cumprir com o trâmite de fazer a matrícula correspondente para adquirir esta condição:

O corpo discente da Universidade é constituído por todos os **estudantes** regularmente matriculados em seus cursos (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Estatuto, Art. 84, grifo nosso).

Os **estudantes** da Universidade serão regulares ou especiais.

§ 1º São **estudantes** regulares os que se matricularem nos cursos de graduação e pós-graduação, com obediência a todos os requisitos indispensáveis à obtenção dos diplomas correspondentes.

§ 2º São **estudantes** especiais os que se matricularem nos demais cursos ou em disciplinas isoladas dos cursos de graduação ou pós-graduação (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Estatuto, Art. 85, grifo nosso).

Em virtude das reflexões anteriores e retomando a definição de Gouadec (1990), o *termo acadêmico universitário* pode ser definido como “unidade linguística registrada em documento do MNU que designa um conceito, um objeto, uma pessoa ou um processo relacionado com a Educação Superior”.

3 FRASEOLOGIA ESPECIALIZADA NO MNU

Os conceitos expressados nos documentos do MNU aparecem representados não somente por meio de um termo monolexical. Com efeito, são frequentes as ocasiões em que aparecem unidades plurilexicais desempenhando esta mesma função.

No exemplo anterior, mostrava-se que, ao mesmo tempo que era apresentado o conceito associado ao termo *estudante*, também podiam ser reconhecidos dois conceitos adicionais relacionados com o conceito principal, formados a partir da união sintagmática do termo principal (*estudante*) com um adjetivo (*regular; especial*), adquirindo assim uma nova dimensão – aliás, representativos de outros conceitos e, portanto, suscetíveis de serem considerados termos independentes. Surgiam assim os termos *estudante regular* e *estudante especial*.

Vemos, pois, que, no contexto do MNU, existe também uma fraseologia especializada. Nos casos de *estudiante regular* ou *estudiante especial*, os termos em questão estavam relacionados a pessoas, mas não é caso único. Existem também objetos, lugares e processos na vida acadêmica da Universidade representados no MNU por meio de fraseologia especializada. Tais são os casos de *histórico escolar*, *instituto de pesquisa*, *afastamento com ônus limitado* ou *reopção por curso diverso*, para citar apenas alguns exemplos.

A fraseologia especializada constitui um elemento de análise da Terminologia nos tempos recentes. Não há dúvidas de que nas diferentes ciências e técnicas abundam expressões estereotipadas representativas de conceitos. Por este motivo, foram surgindo diversas tendências para explicar de maneira científica esta particularidade, identificando os tipos de estruturas em que se organizam as unidades fraseológicas e seus constituintes.

Destaca-se no Brasil a contribuição de Bevilacqua (1996), que define o conceito de unidade fraseológica da seguinte maneira: “Cadeia de caracteres especializada, constituída por elementos invariáveis e variáveis que assume, em consequência, o caráter de uma matriz representativa de um domínio” (BEVILACQUA, 1996, p.114).

A definição anterior salienta a questão da composição da unidade e do seu domínio. Porém, em função do tipo de unidade que constitui o termo acadêmico (substantivos ou unidades lexicais equivalentes a estes), achamos mais pertinente a definição de Blais (1993), para quem existe uma restrição paradigmática na identificação de unidades fraseológicas:

Combinação de elementos linguísticos próprios de um domínio de especialidade, dos quais um é termo núcleo, que estão ligados semanticamente e sintaticamente e para os quais existe uma restrição paradigmática (BLAIS, 1993, p. 52).

4 TERMINOLOGIA ACADÊMICA BILÍNGUE PORTUGUÊS-ESPANHOL

Ao falar, no início, acerca das características que um documento do marco normativo de uma Universidade deve apresentar, foi mencionado a questão da clareza e da precisão requeridas para cumprir sua função. Na realidade, estas características nem sempre se cumprem, como pudemos comprovar mediante a análise dos MNUs do Brasil, de Portugal e da Argentina para a elaboração do *Glossário bilíngue português-espanhol/ espanhol-português de termos acadêmicos* (PASCUA VÍLCHEZ, 2014), como Tese de Doutorado.

Por exemplo, a leitura do Estatuto da Universidad de Buenos Aires, no Capítulo IV, referente aos *Planes de Estudio*, mostrou, em seus três únicos artigos, o seguinte:

Las Facultades, en conformidad con lo dispuesto en el art. 113, inc. i), proponen al Consejo Superior, que resuelve en definitiva, los **planes de estudio** y su modificación (UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, Estatuto, Art. 13, grifo nosso).

Los **planes de estudios** de las escuelas o departamentos dependientes directamente de la Universidad son dictados por el Consejo Superior (UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, Estatuto, Art.14, grifo nosso).

El Consejo Superior de la Universidad puede crear carreras nuevas y en los casos en que ello resulte conveniente puede coordinar a ese efecto la labor de distintas Facultades (UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, Estatuto, Art. 15).

Nos artigos citados não fica claro, na nossa opinião, o conceito associado ao termo *Plan de Estudios*.

Assim, trabalhando sobre a hipótese de que os MNUs não são explícitos quanto as definições dos conceitos neles incluídos, resolvemos analisar os MNUs brasileiro, português e

argentino, no intuito de achar aí uma terminologia uniforme, estabelecer relações homogêneas entre significantes e significados da terminologia acadêmica universitária em português e em espanhol, considerando que, justamente nesse contexto documentário normativo, a relação significante-significado devia ser unívoca.

Para tanto, fizemos uma recensão de documentos normativos desses três países, correspondentes ao *Ministério da Educação e Ciência* no caso do Brasil, do *Ministerio de Educación de la República Argentina* e do *Ministério da Educação e Ciência de Portugal*. Para completar as informações, selecionamos uma Universidade de cada um desses três países: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade de Coimbra (UC) e Universidad de Buenos Aires (UBA) e juntamos ao *corpus* de documentos anterior os próprios dessas Universidades, tais como estatutos, regimentos, pareceres, resoluções, etc.

O resultado da análise mostrou que o léxico acadêmico incluído nos MNUs brasileiro, português e argentino, apresenta dificuldades de interpretação, pois na maioria das ocasiões o léxico especializado não vem acompanhado de uma definição que auxilie na decodificação plena de que o receptor precisa. A compreensão do termo, artigo e, conseqüentemente, do documento normativo, depende, quase sempre, do conhecimento prévio que o leitor possua do léxico incluído. Se ele não tiver esse conhecimento prévio, a interpretação do material estará condicionada pela dedução acertada ou não que faça a partir do contexto.

Mostramos também que existem dificuldades de interpretação exata de algumas diferenças entre o espanhol e o português relativas a este tipo de léxico no processo de revalidação de títulos acadêmicos. Com efeito, ao acompanhar na Secretaria da PROGRAD da UEL um processo de revalidação de título obtido na Argentina, vimos que, quando foram requeridos ao interessado os documentos necessários para seu início, lhe surgiram dúvidas quanto à equivalência de alguns termos, como, por exemplo, *histórico escolar*, *licenciatura ou estágio*. Nessa situação, surgiu a incerteza sobre o que estava sendo solicitado, se o *certificado académico* ou o *plan de estudios*, *licenciatura* ou *profesorado*, *pasantía* ou *certificado de auxiliar docente*.

O fato de o espanhol e o português serem duas línguas muito próximas faz com que o leitor de um documento do MNU possa interpretar o conceito do termo que está lendo na outra língua como claro e transparente, mas, em se tratando de documentos oficiais, uma interpretação errada na tradução por causa da semelhança entre as palavras pode acarretar efeitos não desejados, principalmente a demora na resolução do processo, aumento dos custos e incômodo das partes implicadas.

5 DIFERENTES DIMENSÕES DA TERMINOLOGIA ACADÊMICA UNIVERSITÁRIA

Confirmada a existência de uma terminologia acadêmica universitária e em virtude dos países e Universidades selecionados (Argentina, Brasil, Portugal, a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade de Coimbra e a Universidad de Buenos Aires), a terminologia analisada apresentou uma tríplice dimensão: a) nacional e monolíngue, b) plurinacional e monolíngue e c) plurinacional e plurilíngue.

5.1 A DIMENSÃO NACIONAL E MONOLÍNGUE DA TERMINOLOGIA ACADÊMICA UNIVERSITÁRIA

A dimensão nacional e monolíngue da terminologia acadêmica universitária quer dizer que cada país tem seu próprio MNU, codificado em apenas uma língua oficial: no caso do Brasil, o português brasileiro (PB). Nesse caso, os termos devem cumprir, na nossa

opinião, com as máximas de monorreferencialidade e monovalência, pois não é possível ou, ao menos desejável que, em uma Lei do MEC, termos como, *extensão, estudante, aprovado, doutor*, entre outros, tenham um significado associado a um conceito específico e, em outro documento do MNU, esses mesmos termos tenham outro significado, associado a um conceito diferente. Isso traria consigo inúmeros problemas administrativos e jurídicos.

5.2 A DIMENSÃO PLURINACIONAL E MONOLÍNGUE DA TERMINOLOGIA ACADÊMICA UNIVERSITÁRIA

A dimensão plurinacional e monolíngue abrange os casos em que dois ou mais países compartilham a mesma língua oficial, como acontece no caso do Brasil (PB) e de Portugal (PP). Cada país possui seu próprio MNU e, portanto, seus conceitos podem ser diferentes. Nesse caso, podem aparecer variantes para o mesmo termo, que vão desde a simples variação ortográfica – por exemplo, PB *projeto de extensão*/ PP *projecto de extensão* – passando por variações de tipo léxico para expressar um mesmo conceito, por exemplo, PB *disciplina*/ PP *unidade curricular*, ou, inclusive, de polissemia: PB *licenciatura*/ PP *licenciatura*, pois em cada MNU as características desse tipo de curso superior não são exatamente iguais.

Salienta-se, nesse sentido, que, apesar de que ambos os termos possam ser entendidos e usados por falantes de português de ambos os lados do Atlântico, e, conseqüentemente, um brasileiro possa entender e usar *unidade curricular* e, por sua vez, um português *disciplina*, no contexto do MNU, na hora das taxonomias ou categorias de conceitos serem organizadas, os termos que as expressam são diferentes em cada caso.

Serve, como exemplo, o caso de PB *plano de ensino*/ PP *ficha de unidade curricular*. No Brasil, existe um tipo de documento conhecido como *plano de ensino* que informa os estudantes do detalhamento de uma disciplina ou atividade acadêmica quanto ao nome, ementa, conteúdo programático, objetivos, metodologia, cronograma, carga horária, valor em créditos, avaliação, recuperação, bibliografia recomendada, entre outros aspectos. Normalmente, costuma ser disponibilizado em papel aos estudantes no primeiro dia de aula ou, simplesmente, o professor encarregado de ministrar a disciplina informa da sua existência no *site* do curso. No entanto, apesar de existir esse mesmo conceito no MNU português, sua denominação varia: *ficha de unidade curricular*.

Aqui ocorre um dos tipos de variação estabelecidos pela TCT: a *variação diatópica*, pela qual dentro do mesmo código linguístico (no caso, o português) existem dois significantes para o mesmo conceito: *plano de ensino* para o PB e *ficha de unidade curricular* para o PP.

Será aprovado na atividade acadêmica essencial Projeto de TCC o estudante que atingir ao menos média 6,0 (seis) e que tiver pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nas atividades programadas no **plano de ensino** (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Regulamento Do TCC De Zootecnia, Art. 20, grifo nosso).

Ficha de Unidade Curricular (FUC) — documento que contém obrigatoriamente os objectivos, expressos como um conjunto de competências a adquirir pelos estudantes, os métodos de ensino e de aprendizagem, os métodos de avaliação e as condições especiais para a obtenção de frequência que são praticados na unidade curricular, de acordo com o modelo utilizado no sistema de informação, permitindo ao estudante planear em devido tempo o seu estudo e acompanhamento das aulas (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Regulamento Académico, Art. 3º § 25, grifo nosso).

5.3 A DIMENSÃO PLURINACIONAL E PLURILÍNGUE DA TERMINOLOGIA ACADÊMICA UNIVERSITÁRIA

A dimensão plurinacional e plurilíngue abrange os casos em que há dois ou mais países, cada um com seu próprio MNU, codificado em línguas diferentes. Para este trabalho, a abrangência foi de três países e duas línguas. Além das dificuldades específicas que descrevemos acima, relacionadas ao Brasil e a Portugal, acrescentou-se a de trabalhar com duas línguas diferentes: espanhol da Argentina (EA) e português (PB e PP). A principal dificuldade consistiu em achar o mesmo conceito nos três MNUs e os termos que os expressavam.

A análise mostrou casos de equivalência entre conceitos e termos dos três MNUs, como aconteceu, por exemplo com PB *crédito*/ PP *crédito*/ EA *crédito*.

Existe um conceito referente a um sistema acadêmico baseado na relação entre a atividade acadêmica, o trabalho do estudante e o tempo em que ocorre o processo de ensino-aprendizagem. A unidade pela qual é medido isso é o crédito. Assim, qualquer disciplina ou atividade acadêmica tem um valor em créditos.

Cada MNU apresentou sua própria definição, mas sem perder a equivalência do conceito, expressado também mediante o mesmo termo:

O sistema acadêmico para os Cursos e Programas de Pós-Graduação é o de **crédito**.
§ 1º O **crédito** corresponde a quinze (15) horas-aula por semestre”.
(UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Regimento Geral, Art. 79, grifo nosso).

Crédito - Unidade de medida do trabalho do estudante, sob todas as suas formas, designadamente, sessões de ensino de natureza coletiva, sessões de orientação pessoal de tipo tutorial, estágios, projectos, trabalhos no terreno, estudos e avaliação
(UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Regimento Geral, Art. 3º § 12, grifo nosso).

[...] se establece la duración de los estudios, como se ha venido haciendo hasta la fecha, sobre la base de UN (1) **crédito** = DIECISÉIS (16) horas presenciales de SESENTA (60) minutos” (UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, Resolución (CS) Nº 5.284/12, Considerando 7, grifo nosso).

Nesse caso, existe uma equivalência absoluta entre significantes e significados, como acontece também, por exemplo, nos casos de especialista/ especialista/ *especialista*; câmpus/ câmpus/ *campus*; diploma/ diploma/ *diploma*, etc.

Desde uma perspectiva plurinacional e plurilíngue, considerando a proximidade entre espanhol e português especificamente, confirmamos que ocorrem, dentro da linguagem especializada (no nosso caso, a terminologia acadêmica), fenômenos linguísticos relacionados com a semântica presentes também na linguagem comum, como os falsos cognatos ou falsos amigos, principalmente quando, em português e espanhol, os termos são homônimos.

Um exemplo paradigmático constitui PB *licenciatura*/ EA *licenciatura*.

No Brasil existe um curso de graduação, com carga horária determinada, valor em créditos, organizado em disciplinas, atividades acadêmicas diversas, estágio ou prática supervisionada e obrigatoriedade da apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso. Entre as atividades acadêmicas e disciplinas incluídas no Projeto Pedagógico do Curso, com habilitação Licenciatura, estão as de natureza pedagógica e/ou metodológica, orientadas à docência posterior:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de **licenciatura**, de graduação plena, em Universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do

magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade norma (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Art. 62, grifo nosso).

Por sua vez, na Argentina, os cursos com nível de Licenciatura têm uma carga horária total similar aos brasileiros, mas não incluem em seus currículos as disciplinas de natureza pedagógica nem o estágio (*pasantía* ou *práctica supervisada*). Somente o nível *profesorado* inclui essas atividades. Quem quiser exercer a docência no Ensino Secundário ou na Universidade precisará obter o título de *Profesor*.

Para obtener el título de Profesor además de las materias del CBC se deben cursar 10 materias y/o seminarios comunes con la **licenciatura**, y 6 materias específicas del Área de Enseñanza Media y Superior. En ambas opciones de titulación, **Licenciatura** o Profesorado, deben aprobarse tres niveles de un idioma sajón (inglés o alemán) y de uno latino (francés, italiano o portugués) (UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, PLAN DE ESTUDIOS LICENCIATURA EN GEOGRAFIA DE LA p. 1).

CONCLUSÃO

Acreditamos estar demonstrado, por meio das reflexões e dos exemplos selecionados, que o léxico acadêmico incluído nos documentos do MNU constitui uma terminologia específica e que, portanto, deve ser monovalente neste dado contexto. Neste sentido, entendemos que, através dela, estão delimitados conceitualmente objetos, pessoas e processos relacionados com a Educação Superior.

Esta terminologia específica é utilizada pelos membros de uma comunidade de profissionais em suas comunicações especializadas, tanto de maneira oral, em seu cotidiano na Universidade, quanto de maneira escrita em *e-mails*, documentos normativos, informativos e formulários que fazem parte também das relações dos membros da comunidade acadêmica.

Em função da natureza do léxico acadêmico como representativo de um conhecimento especializado que se reflete na comunicação dos membros da comunidade acadêmica (alunos, professores, pesquisadores, TAEs) e que representa uma dimensão conceitual através de um léxico especializado, acreditamos que existe, então, uma terminologia acadêmica universitária.

Quanto aos documentos normativos disponibilizados pelos organismos públicos e universidades selecionados para a análise, estes apresentam poucas definições explícitas introduzidas por construções do tipo “entende-se por..., considera-se..., é...”, embora os contextos em que os termos estão introduzidos permitam uma certa compreensão e, em consequência, permitam também estabelecer uma definição a partir desse contexto.

A análise documental veio confirmar, pois, a nossa hipótese prévia da falta de clareza quanto ao significado do léxico incluído no MNU, em termos gerais, e a necessidade de criar ferramentas de consulta de caráter monolíngue e bilíngue que associem a cada termo incluído nos diferentes MNUs uma definição clara e, ao mesmo tempo, seu equivalente na outra língua.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística General I*. Ciudad de México: Editorial Siglo XXI, 1989.
- _____. *Problemas de Lingüística General II*. Ciudad de México: Editorial Siglo XXI, 1989.
- BEVILACQUA, C. R. *Unidades Fraseológicas Especializadas Eventivas descripción y reglas en el ámbito de la energía solar*. Tese (Doutorado). Universidad Pompeu Fabra. Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Barcelona/ Porto Alegre, 2004.
- BLAIS, Esther. La phraséologie. Une hypothèse de travail. In: *Terminologies Nouvelles*, Bruxelas, n. 10, dez. 1993
- CABRÉ, M. T. *La terminología*. Empúries: Antártida, 1993.
- GOUADEC, D. *Terminologie: constitution des données*. Paris: Afnor, 1990.
- HOUAISS, A. *Novo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.
- KRIEGER, M. D. G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à Terminologia*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- PASCUA VÍLCHEZ, F. *Glossário bilíngue português-espanhol/ espanhol-português de termos acadêmicos*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2014.
- REY, A. *Essays on Terminology*. Tradução de Juan C. Sager. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.
- RONDEAU, G. *Introduction à la Terminologie*. Quebec: Gaëtan Morin, 1983.
- UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES. *Estatuto Universitario*. Buenos Aires, 1983. Disponível em: <<http://www.uba.ar/download/institucional/uba/9-32.pdf>>. Acesso em 14 de novembro de 2014.
- _____. *Plan de Estudios Geografía*. Disponível em: <<http://www.uba.ar/download/academicos/carreras/lic-geografia.pdf>>. Acesso em: 14 de novembro de 2014.
- _____. *Resolución (CS) Nº 5.284/12*. Buenos Aires, 2012. Disponível em: <http://www.uba.ar/archivos_uba/2012-09-12_5284.pdf>. Acesso em: 14 de novembro de 2014.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. *Regulamento Acadêmico*. Diário da República Nº 70, de 12 de abril de 2010, 2ª Série, p.18.696-18.707.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. *Estatuto da Universidade Estadual de Londrina*. Londrina, 2009. Disponível em <http://www.uel.br/proplan/oem/Estatuto_Atualizado_11_11_2011.pdf>. Acesso em: 14 de novembro de 2014.

_____. *Regimento Geral*. Disponível em <http://www.uel.br/proplan/oem/Regimento_Geral_Atualizado_2011_05_23.pdf> Acesso em: 14 de novembro de 2014.

_____. *Regulamento do TCC de Zootecnia*. Londrina, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/Tcc/deliberacao_03_09.pdf>. Acesso em: 14 de novembro de 2014.

WÜSTER, E. *Introducción a la Teoría General de la Terminología y a la Lexicografía Terminológica*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1998.

Recebido em: 09 de julho de 2015.

Aceito em: 31 de julho de 2015.